

EDITORIAL

A Academia Nacional de Polícia apresenta ao público-leitor o segundo número da Revista Brasileira de Segurança Pública e Cidadania, e já caminha para o terceiro número. Com isto, estamos perseguindo o objetivo de refletir, com qualidade e seriedade, temas de segurança pública que impactam a sociedade e as instituições.

Superada a fase inicial de lançamento, é momento de fortalecer o projeto da revista, de se buscar bases sólidas para continuar avançando, de ampliar o público-leitor e motivar os colaboradores.

Este número apresenta temas ecléticos da área de segurança pública, que perpassam toda a atividade policial e refletem diretamente na manutenção da paz social e na solução de conflitos.

Maurício Manica Gössling faz estudo sobre a criminalidade organizada, através de análise crítica do Projeto de Lei do Senado nº 150/2006. Ressalta o autor, que as elementares introduzidas pelo legislador na tipificação de crimes cometidos por organizações criminosas, são restritivas demais, então, apresenta proposta de disposições legais mais consentâneas à realidade nacional.

O artigo da Delegada de Polícia Federal Dinamar Cristina Pereira Rocha analisa o fenômeno da migração, com destaque para emigração brasileira e suas conseqüências no ambiente social, econômico, político, cultural etc. Ainda, examina a atuação da Polícia Federal na repressão a migração ilegal, pontuando que o Brasil não dispõe de tipos penais apropriados, como já recomendado pela Convenção de Palermo.

Joacir Avelino Silva no artigo “A (in)segurança pública no Brasil”, faz um diagnóstico sobre as causas da violência e da criminalidade brasileira, em suas vertentes econômicas e sociais, apresentando sugestões para a boa solução do fenômeno, desde a fase preventiva até a fase repressiva.

O artigo “Infiltração policial no Brasil: sim, não é impossível”, de Rafael Rodrigo Pacheco Salaroli, versa sobre a importância da infiltração policial na repressão à criminalidade organizada, com acurado exame de dispositivos similares do direito comparado. Conclui o autor, pela necessidade de regulamentação de algumas disposições legais para possibilitar a efetiva aplicação da infiltração no Brasil, principalmente no tocante a responsabilidade do agente infiltrado.

No artigo “Polícia Penitenciária (penal): mera ficção jurídica”, Carlos Roberto Mariath discorre sobre a calamitosa situação do sistema carcerário nacional, dissecando a atuação dos agentes penitenciários, com breve análise de impropriedades da PEC nº 307/2004, que tramita no Congresso Nacional, no tocante a estruturação e criação da polícia penitenciária.

André Dias Costa no artigo “Planejamento estratégico baseado em cenários prospectivos no âmbito do Departamento de Polícia Federal”, traz noções sobre planejamento estratégico e sua importância para as organizações, debruçando sobre os trabalhos desenvolvidos pela Polícia Federal na elaboração do inovador planejamento estratégico: A Polícia Federal de 2022.

Na seção Resenhas estão descritas as obras "Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: responsabilidade criminal da pessoa jurídica de Direito Público em relação aos crimes ambientais" de Moacir Martini de Araújo e "Direito Ambiental em Evolução 5" de Valdimir Passos Freitas.

Na conluna jurisprudência apresentam-se julgados ligados a faina policial e a efetivação de princípios republicanos.

Esperamos ter apresentado estudos que levem o leitor à reflexão e possibilite uma interação construtiva no ambiente social. Com isso a revista Segurança Pública & Cidadania cumpre seu propósito de divulgar e fomentar pesquisas e idéias na área policial.

CÉLIO JACINTO DOS SANTOS

Editor Responsável